

Prefeitura de Mogi das Cruzes do Estado de São Paulo

MOGI DAS CRUZES-SP

Diretor de Escola Municipal

FV056-N0

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Prefeitura de Mogi das Cruzes - SP

Diretor de Escola Municipal

CONCURSO PÚBLICO Nº 04/2020

AUTORES

Noções de Informática - Profº Ovidio Lopes da Cruz Netto

Conhecimentos em Legislação e Normas da Educação - Profª Ana Maria B. Quiqueto

Bibliografia (Conhecimentos em Legislação e Normas da Educação) - Profª Ana Maria B. Quiqueto

Conhecimentos em Gestão de Pessoas, em Serviços de Apoio e em Recursos Físicos e Financeiros - Profª Silvana Guimarães

Bibliografia (Conhecimentos em Gestão de Pessoas, em Serviços de Apoio e em Recursos Físicos e Financeiros)

Profª Ana Maria B. Quiqueto

Conhecimentos em Gestão Pedagógica e em Resultados Educacionais - Profª Ana Maria B. Quiqueto

Bibliografia (Conhecimentos em Gestão Pedagógica e em Resultados Educacionais) - Profª Ana Maria B. Quiqueto

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Aline Mesquita

Josiane Santo

Leandro Filho

Roberth Kairo

DIAGRAMAÇÃO

Dayverson Ramon

Thais Regis

Rodrigo Bernardes

Willian Lopes

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

SUMÁRIO

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

MS-Windows 7: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos	01
MS-Office 2010. MS-Word 2010: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto.	06
MS-Excel 2010: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados.	14
MS-PowerPoint 2010: estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides.....	25
Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos.....	33
Internet: navegação na Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas.....	36

CONHECIMENTOS EM LEGISLAÇÃO E NORMAS DA EDUCAÇÃO

Normas constitucionais: fontes primárias da regulação e organização da educação nacional.....	01
A educação municipal e a lei orgânica do município de Mogi das Cruzes. Atribuições e competências: Sistema Municipal de Ensino. Estabelecimentos de Ensino	01
Estrutura e funcionamento da educação nacional e municipal de Mogi das Cruzes: legislação federal e municipal; natureza reguladora e regulamentadora da educação básica e etapas de ensino. As atribuições administrativas dos entes federativos na educação	05
Sistema nacional e municipal de educação.....	05
Conselho Municipal de Educação	07
Profissionais da Educação. Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério Público Municipal de Mogi das Cruzes: Direitos e Deveres. Políticas Pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação de Mogi das Cruzes: currículo municipal de Mogi das Cruzes. Educação e Direitos e Deveres das Crianças e Adolescentes.....	08
Princípios, normas legais e diretrizes curriculares da Educação Básica.....	08

BIBLIOGRAFIA (CONHECIMENTOS EM LEGISLAÇÃO E NORMAS DA EDUCAÇÃO)

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 205 a 214 e 226 a 230	01
BRASIL. Lei nº 9.394/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (com suas alterações).	04
BRASIL. Lei nº 8.069/90. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Art. 1º ao 6º e Art. 53 ao 59.....	24
BRASIL. Lei nº 13.005/14. Aprova o Plano Nacional de Educação.....	28

SUMÁRIO

BRASIL. Lei nº 11.947/09. Atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880/04, nº 11.273/06, nº 11.507/07; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913/94; e dá outras providências.....	30
Resolução nº 9/2011.....	36
Resolução nº 10/2013.....	38
Resolução nº 15/2014.....	47
Resolução nº 8/2016.....	47
Resolução nº 6/2018.....	49
BRASIL. Decreto Federal nº 7.611/11 Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.....	53
BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.....	55
Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.....	58
Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.....	67
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.....	70
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.....	76
BRASIL. A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o Ensino Fundamental de nove anos. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2009.....	77
BRASIL. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília, 2007.....	78
MOGI DAS CRUZES. Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes. Capítulo V. Seção I. Da Educação. Art. 200 a 215.....	128
MOGI DAS CRUZES. Lei Municipal nº 7.480/19. Plano Municipal de Educação. Biênio 2019-2020.....	129
MOGI DAS CRUZES. Lei Complementar nº 145/19. Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério Público Municipal de Mogi das Cruzes.....	131
MOGI DAS CRUZES. Lei Municipal nº 7.410/18. Serviço de Transporte Escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Mogi das Cruzes.....	143
MOGI DAS CRUZES. Lei Municipal nº 5.507/03. Funcionamento do Conselho de Escola das Escolas Municipais...	150
MOGI DAS CRUZES. Lei Municipal nº 6.537/11, Art. 41 a 43. Institui a nova estrutura organizacional básica da Prefeitura.....	151
MOGI DAS CRUZES. Lei Municipal nº 5.837/05. Institui o Programa de Transferência de Recursos Financeiros às Associações de Pais e Mestres das unidades educacionais da rede municipal de ensino de Mogi das Cruzes.....	164
MOGI DAS CRUZES. Decreto Municipal nº 17.636/18. Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres – APM das Escolas da Rede Municipal de Ensino de Mogi das Cruzes; MOGI DAS CRUZES. Decreto Municipal nº 18.611/19. Fixa normas para elaboração dos Regimentos das Escolas Municipais.....	165
MOGI DAS CRUZES. Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação da Infância Mogi das Cruzes - SP. São Paulo: Mogi das Cruzes Administração, 2007.....	165
MOGI DAS CRUZES. Políticas Pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação de Mogi das Cruzes. São Paulo: Mogi das Cruzes Administração, 2019.....	173
MOGI DAS CRUZES. Currículo Municipal de Mogi das Cruzes: Educação Infantil - Infantil II, III e IV.; Ensino Fundamental Anos Iniciais 1º ao 5º ano	182

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS EM GESTÃO DE PESSOAS, EM SERVIÇOS DE APOIO E EM RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS

Princípios da administração pública. Organização da Administração Pública: direta e indireta.	1
Planejamento estratégico: Estratégia e planejamento estratégico,	6
análise dos ambientes, elaboração do plano estratégico, estruturas, tipos e cultura organizacional, missão, visão e valores, ética - responsabilidade social e ambiental	9
Gestão de Pessoas: administração de recursos humanos; o papel do gestor de pessoas; recrutamento e seleção;	17
treinamento e avaliação do desempenho humano; programas de incentivos, modelagem do trabalho; conceitos básicos de grupos; tipos e equipes de alto desempenho; liderança: características e comportamentos dos líderes e seguidores.	21
Gestão de serviços de apoio, dos recursos financeiros e físicos: recursos públicos da educação.	27
Descentralização e autonomia na gestão de recursos financeiros.	28
Departamentos e divisões na estrutura e funcionamento da Secretaria Municipal de Educação.....	35
Normas de gestão e convivência.	35
Preservação e patrimônio público	47
Transporte escolar	54

BIBLIOGRAFIA (CONHECIMENTOS EM GESTÃO DE PESSOAS, EM SERVIÇOS DE APOIO E EM RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS)

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 13. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003	01
CAPONI, Sandra. BRITO, R.L.G.L. Cultura, clima e gestão da escola. In: FELDMANN, M.G. (org.) Formação de Professores e Escola na Contemporaneidade. São Paulo: SENAC, 2009.....	01
BRUNET, L. Clima de trabalho e eficácia da escola. In: NÓVOA, A. (coord.). As organizações escolares em análise. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1992.....	06
CHIAVENATO, Idalberto. Administração Geral e Pública - série provas e concursos. 2. ed. Campus, 2008.....	10
CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Isevier, 2004.....	16
DALCORSO, C. Z. O planejamento estratégico: um instrumento para o gestor de escola pública. São Paulo: Pacco, 2012.....	25
DAFT, Richard. L. Administração. São Paulo: Cenage Learning, 2010.	29
GODOY, Maria Helena Pádua Coelho de. Gestão Integrada da Escola. Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços Ltda., 2009. Como Melhorar as Competências da Equipe Escolar Implementando a Matriz de Capacitação. Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços Ltda., 2008. Índice de Formação de Cidadania e Responsabilidade Social para Aplicação na Escola. Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços Ltda., 2009.....	32
JOHANN, S. L. Gestão da cultura corporativa. São Paulo: Saraiva, 2. ed., 2008.....	34
LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. T.; SEABRA, M. Educação escolar: política, estrutura e organização. - 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.....	36

SUMÁRIO

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6. ed. rev. ampl. - São Paulo: Heccus, 2013	39
LÜCK, Heloísa. A aplicação do planejamento estratégico na escola. Gestão em rede, Brasília: CONSED, n 23, p. 18-21, set. 2000	44
LÜCK, Heloísa. Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências. Curitiba: Ed. Positivo, 2009	49
LÜCK, Heloísa. Liderança em Gestão Escolar. Editora Vozes, 8. ed., 2012	54
LÜCK, Heloísa. Gestão da cultura e do Clima Organizacional da Escola. 2. ed. Editora Vozes, 2011	55
MAXIMIANO. Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração. 8. ed. rev e ampl. São Paulo: Atlas, 2011	58
ROBBINS, Stephen Paul. Comportamento Organizacional. São Paulo: Prentice Hall, 2005	63
ROBBINS, Stephen Paul. Administração: mudança e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2000	68

CONHECIMENTOS EM GESTÃO PEDAGÓGICA E EM RESULTADOS EDUCACIONAIS

Gestão democrática e participativa; Currículo	01
Cotidiano Escolar	09
Projeto Político - Pedagógico; A escola como espaço de educação inclusiva	21
Cultura Escolar; Avaliação; A Educação Escolar no contexto das transformações da sociedade contemporânea...	34
As políticas educacionais, as reformas de ensino, os planos e as diretrizes: a construção da escola pública	35
Estrutura e organização do ensino brasileiro: aspectos legais e organizacionais	60
Organização e gestão da escola: os professores e a construção coletiva do ambiente de trabalho	60
Sistemas de Avaliações Externas e Internas da Aprendizagem e da escola	61
Gestão por resultados: avaliação de desempenho por meio de sistemas de controle	70
Finanças: orçamentos e índices; análise de redes, ferramentas, processos e diagramas de controle; sistema de informação gerencial; planejamento e processo operacional, de recursos e avaliação de riscos	81
Administração de projetos	92
Mediação e gestão de conflitos	95
Participação e trabalho coletivo na escola	109
Poder nas organizações	107
A construção do conhecimento; avaliação da educação e indicadores educacionais; concepções de educação e escola; função social da escola; os teóricos da educação; tecnologias de informação e comunicação na educação	116
Escola de Tempo Integral	127
Planejamento Estratégico	131

SUMÁRIO

BIBLIOGRAFIA (CONHECIMENTOS EM GESTÃO PEDAGÓGICA E EM RESULTADOS EDUCACIONAIS)

CANDAU, V. M. (Org.). Educação intercultural e cotidiano escolar. Petrópolis: Vozes, 2006	01
FERNANDES, C. O.; FREITAS, Luiz Carlos de. Indagações sobre currículo: currículo e avaliação. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007	07
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Editora Paz e Terra, 2011.....	16
HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora: Uma Prática em Construção da Pré-Escola à Universidade.....	29
IMBERNÓN, F. Formação docente e profissional - Formar-se para a mudança e a incerteza. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.....	34
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira de, TOSCHI, Mira Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.....	35
LÜCK, Heloísa. A Gestão Participativa na Escola. Rio de Janeiro. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.....	38
LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. - 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.....	40
NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Orgs). Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000	45
PARO, Vitor Henrique. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino. São Paulo: Ática, 2007	46
SACRISTÁN, J. G. (org). Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013.....	48
SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de Identidade: uma introdução a teorias do currículo. Editora Autêntica	56
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. - 5ª ed. - Petrópolis: Vozes, 2002.....	58
VALDEMARIM, Vera. Souza, Rosa Fátima. A Cultura Escolar em Debate. Editora Autores Associados.....	60
VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Coordenação do Trabalho Pedagógico do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2007. pág. 51-65.....	61
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org). Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas, Papirus, 1995.....	63
ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.....	67
MANTOAN, M. T. E. Inclusão Escolar - O que é? Por quê? Como fazer? 1. ed. São Paulo: Summus, 2015.....	78
PARO, V. Diretor Escolar: educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015.....	93
AFONSO, A. J. Avaliação educacional: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2009	98
ARAÚJO, C. H.; LUZIO, N. Avaliação da Educação Básica: em busca da qualidade e equidade no Brasil. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.....	99
BOURDIEU, P. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, M.A.: CATANI, A. (Orgs.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 217-227.....	103
CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Sistemas Nacionais de Avaliação e de Informações Educacionais. São Paulo em Perspectiva, São Paulo: V. 14, nº1, p. 121 – 128, 2000	105
MOLL, Jaqueline (Org.). Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012	111

ÍNDICE

BIBLIOGRAFIA (CONHECIMENTOS EM GESTÃO PEDAGÓGICA E EM RESULTADOS EDUCACIONAIS)

CANDAU, V. M. (Org.). Educação intercultural e cotidiano escolar. Petrópolis: Vozes, 2006.....	01
FERNANDES, C. O.; FREITAS, Luiz Carlos de. Indagações sobre currículo: currículo e avaliação. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.....	07
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Editora Paz e Terra, 2011.....	16
HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora: Uma Prática em Construção da Pré-Escola à Universidade.....	29
IMBERNÓN, F. Formação docente e profissional - Formar-se para a mudança e a incerteza. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.....	34
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira de, TOSCHI, Mira Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.....	35
LÜCK, Heloísa. A Gestão Participativa na Escola. Rio de Janeiro. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.....	38
LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. - 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.....	40
NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Orgs). Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.....	45
PARO, Vitor Henrique. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino. São Paulo: Ática, 2007.....	46
SACRISTÁN, J. G. (org). Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013.....	48
SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de Identidade: uma introdução a teorias do currículo. Editora Autêntica.....	56
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. - 5ª ed. - Petrópolis: Vozes, 2002.....	58
VALDEMARIM, Vera. Souza, Rosa Fátima. A Cultura Escolar em Debate. Editora Autores Associados.....	60
VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Coordenação do Trabalho Pedagógico do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2007. pág. 51-65.....	61
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org). Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas, Papirus, 1995.....	63
ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.....	67
MANTOAN, M. T. E. Inclusão Escolar - O que é? Por quê? Como fazer? 1. ed. São Paulo: Summus, 2015.....	78
PARO, V. Diretor Escolar: educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015.....	93
AFONSO, A. J. Avaliação educacional: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2009.....	98
ARAÚJO, C. H.; LUZIO, N. Avaliação da Educação Básica: em busca da qualidade e equidade no Brasil. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.....	99
BOURDIEU, P. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, M.A.: CATANI, A. (Orgs.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 217-227.....	103
CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Sistemas Nacionais de Avaliação e de Informações Educacionais. São Paulo em Perspectiva, São Paulo: V. 14, nº1, p. 121 – 128, 2000.....	105
MOLL, Jaqueline (Org.). Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.....	111

CANDAU, V. M. (ORG.). EDUCAÇÃO INTER-CULTURAL E COTIDIANO ESCOLAR. PETRÓPOLIS: VOZES, 2006



#FicaDica

Relações étnico-raciais, questões de gênero e Sexualidade, pluralismo religioso, relações geracionais, culturas infantis e juvenis, povos tradicionais e educação diferenciada, entre outros, são temas fortemente presentes na sociedade brasileira na atualidade.

Tais assuntos provocam debates, controvérsias e reações de intolerância e discriminação, assim como suscitam diversas iniciativas orientadas a trabalhá-las numa perspectiva direcionada à afirmação democrática, ao respeito à diferença e à construção de uma sociedade em que todos e todas possam ser plenamente cidadãos e cidadãs.

Existe, sem dúvida, uma crescente sensibilidade para essa temática, que se manifesta em diversos âmbitos sociais: dos partidos políticos aos movimentos sociais; das ruas às redes sociais; das manifestações artísticas à produção acadêmica. Políticas públicas são construídas e orientadas à promoção dos direitos dos diversos grupos socioculturais discriminados e subalternizados. Articular políticas de igualdade e políticas de identidades tem sido uma preocupação fundamental tanto de instâncias governamentais quanto de movimentos sociais, organizações não governamentais e outros atores da sociedade civil.

No entanto, no âmbito da educação escolar, é possível detectar uma sensação de impotência, de não sabermos como lidar positivamente com essas questões. Em pesquisa realizada anteriormente (CANDAU, 2008), um professor entrevistado afirmou: “as diferenças estão bombando na escola e não sabemos o que fazer”. As diferenças culturais são muitas vezes vistas como problemas que a escola deve resolver. Estamos longe de encará-las como vantagem pedagógica, como nos propõe a educadora argentina Emilia Ferreiro¹ (apud LERNER, 2007).

É nesse universo de preocupações que se situa o presente trabalho, elaborado no contexto da pesquisa “Direitos Humanos, Educação, Interculturalidade: construindo práticas pedagógicas”, que está sendo desenvolvida desde 2012, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq –, por meio do Grupo de Estudos sobre

Cotidiano, Educação e Culturas – Gecec –, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Seu objetivo principal é analisar as relações entre escola e práticas interculturais, tendo como referência um curso inspirado na pesquisa-ação, que desenvolvemos no primeiro semestre de 2014, visando à incorporação da perspectiva da interculturalidade no cotidiano escolar.²

O texto está estruturado em quatro seções. A primeira

aborda sinteticamente como vemos a problemática da educação escolar hoje. Em seguida, é discutida a concepção de educação intercultural em que nos baseamos, bem como nossa posição em relação ao potencial provocador da pesquisa-ação para a transformação das práticas educativas. Apresentamos a experiência desenvolvida e terminamos tecendo algumas considerações sobre as possibilidades e limites da incorporação da perspectiva intercultural nas nossas escolas na atualidade.

Muitas das políticas educacionais hoje vigentes nos países latino-americanos orientadas à educação escolar enfatizam dois aspectos fundamentais: a avaliação e a gestão. Multiplicaram-se as avaliações em larga escala, os testes nacionais e internacionais que pretendem medir o desempenho dos alunos em determinadas áreas curriculares. Essa lógica vem se afirmando cada vez com maior força, a ponto de construir uma verdadeira “cultura da avaliação”, que termina por orientar os processos de ensino-aprendizagem das escolas de ensino básico, segundo depoimentos de inúmeros educadores/as.

Para garantir esse processo, investe-se na gestão dos sistemas de ensino, partindo-se do pressuposto de que ela permite o controle e o monitoramento do processo como um todo, identificando seus pontos débeis e investindo-se na operacionalização e na produtividade do sistema. Formas próprias do modelo de gestão do setor corporativo são aplicadas diretamente à educação, sem serem consideradas as especificidades desse âmbito, entendendo-se implicitamente que são adequadas em qualquer âmbito de “produção”.

Essa lógica não é uma novidade e tem sido utilizada em muitos países; no entanto, vem sendo fortemente contestada. Foram amplamente divulgadas as afirmações de Diane Ravitch (2011), autora norte-americana com ampla experiência acadêmica e atuação na formulação de políticas públicas em educação nos Estados Unidos. Depois de 20 anos de envolvimento e apoio a essas políticas orientadas pelos princípios do mercado e da competição, ela faz uma corajosa autocrítica e afirma que os seus efeitos não foram positivos, o ensino não melhorou e os sistemas de premiação aos professores pelos resultados dos alunos nos testes terminaram por estimular formas de burlar os resultados, procurando-se ensinar aos alunos modos de lidar melhor – “truques” – com os testes padronizados.

Nossa leitura dessa avalanche de testes padronizados e políticas de premiação assume perspectiva semelhante, pois acaba concebendo o processo educacional basicamente como ensino de alguns conhecimentos específicos. Educar fica reduzido a ensinar. Ensinar a instruir. Instruir a preparar para ter êxito em testes padronizados. Esse processo termina reduzindo a educação a questões meramente operacionais.

Nesse contexto, na nossa perspectiva, o pensamento pedagógico tem tido um desenvolvimento que pode ser classificado de fraco, com pouco debate entre os diferentes atores implicados para o aprofundamento em questões que focalizem o sentido da escolarização hoje. As questões instrumentais dos processos educativos centralizam as discussões e políticas públicas. Os temas relativos ao sentido da educação escolar e seu formato historicamente construído não são discutidos, por mais que

os desafios enfrentados por escolas e professores/as se multipliquem e apresentem, em episódios emblemáticos, caráter dramático. Para o sociólogo francês François Dubet (2011, p. 299): em todos os lugares e não somente na escola, o programa institucional [republicano] declina. E essa mutação é muito mais ampla que a simples confrontação da escola com novos alunos e com os problemas engendrados por novas demandas. É também porque se trata de uma mutação radical que a identidade dos atores da escola fica fortemente perturbada, para além dos problemas específicos com os quais eles se deparam.

A escola foi um programa institucional moderno, mas um programa institucional apesar de tudo. Hoje somos "ainda mais modernos", as contradições desse programa explodem, não apenas sob o efeito de uma ameaça externa, mas de causas endógenas, inscritas no germe da própria modernidade.

O "formato" escolar predominante continua estruturado a partir dos referentes da modernidade, que são naturalizados e, mesmo, terminam por ser essencializados. Parece que há uma única e verdadeira maneira de se pensar a escola, seus espaços e tempos, sua lógica de organização curricular, sua dinâmica e, até mesmo, sua decoração e linguagem visual. Tudo parece concorrer para afirmar a homogeneização e padronização. Acreditamos que somente avançaremos na construção de uma qualidade adequada aos tempos atuais se questionarmos essa lógica. Caso contrário, continuaremos enfatizando medidas paliativas e cosméticas.

É importante ter presente que já existem nos sistemas educativos experiências "insurgentes" que apontam para outros paradigmas escolares: outras formas de organizar os currículos, os espaços e tempos, o trabalho docente, as relações com as famílias e comunidades, de conceber a gestão de modo participativo, enfatizando as práticas coletivas, a partir de um conceito amplo e plural de sala de aula, etc. Mas essas experiências permanecem periféricas, não são adequadamente visibilizadas, nem fortemente apoiadas.

Consideramos fundamental "reinventar a escola" (CANDAU, 2010) para que possa responder aos desafios da sociedade em que vivemos. Não acreditamos na padronização, em currículos únicos e engessados e perspectivas que reduzem o direito à educação a resultados uniformes. Acreditamos no potencial dos educadores para construir propostas educativas coletivas e plurais. É tempo de inovar, atrever-se a realizar experiências pedagógicas a partir de paradigmas educacionais "outros", mobilizar as comunidades educativas na construção de projetos político-pedagógicos relevantes para cada contexto. Nesse horizonte, a perspectiva intercultural pode oferecer contribuições especialmente relevantes.

O que entendemos Por Educação intercultural

Desde 1996 vimos desenvolvendo trabalhos sistemáticos – pesquisas, teses, dissertações, artigos, apresentação de trabalhos em congressos e seminários, etc. – sobre diversos aspectos das relações entre educação e culturas.

Uma reflexão constante sobre o multiculturalismo e a interculturalidade integra esse processo. No presente artigo não se pretende fazer uma síntese do caminho percorrido, mas apenas assinalar a polissemia dos termos multiculturalismo e interculturalidade e mencionar que a educação intercultural apresenta uma trajetória original, plural e especialmente criativa na América Latina.

Na nossa produção, três afirmações foram adquirindo cada vez maior centralidade na perspectiva de se aprofundar na temática da interculturalidade nos contextos educativos. A primeira refere-se à relação entre diferenças culturais e direitos humanos. Partimos do ponto de vista de que a relação entre questões sobre justiça, superação das desigualdades e democratização de oportunidades e aquelas que dizem respeito ao reconhecimento de diferentes grupos socioculturais se faz cada vez mais estreita. Já a segunda afirmação tem a ver com a relação entre multiculturalismo e interculturalidade. Assumimos a posição que propõe um multiculturalismo aberto e interativo, que acentua a interculturalidade por considerá-la a mais adequada para a construção de sociedades democráticas, que articulem políticas de igualdade com políticas de identidade. Um terceiro eixo articulador do nosso trabalho tem sido, particularmente no que se refere à educação escolar, a afirmação de que somos chamados a construir novos "formatos" escolares, que respondam aos desafios sociais, culturais e educacionais que enfrentamos hoje.

Entre as diversas concepções de educação intercultural que atravessam a literatura sobre essa temática (WALSH, 2009), assumimos a perspectiva da interculturalidade crítica e sublinhamos algumas de suas características: promove a deliberada inter-relação entre diferentes sujeitos e grupos socioculturais de determinada sociedade; nesse sentido, essa posição se situa em confronto com todas as visões diferencialistas, assim como com as perspectivas assimilacionistas; por outro lado, rompe com uma visão essencialista das culturas e das identidades culturais; concebe as culturas em contínuo processo de construção, desestabilização e reconstrução; está constituída pela afirmação de que nas sociedades em que vivemos os processos de hibridização cultural são intensos e mobilizadores da construção de identidades abertas, o que supõe que as culturas não são puras, nem estáticas; e tem presente os mecanismos de poder que permeiam as relações culturais, assumindo que estas não são relações idílicas, estão construídas na história e, portanto, estão atravessadas por conflitos de poder e marcadas pelo preconceito e discriminação de determinados grupos socioculturais. Uma última característica que gostaríamos de assinalar refere-se ao fato de essa perspectiva não desvincular as questões da diferença e da desigualdade presentes hoje de modo particularmente conflitivo, tanto no plano mundial quanto em diferentes sociedades, entre as quais a brasileira.

Partindo dessa visão da interculturalidade crítica, construímos coletivamente um conceito de educação intercultural que é referência para o presente trabalho: a educação intercultural parte da afirmação da diferença como riqueza. Promove processos sistemáticos de diálogo entre diversos sujeitos – individuais e coletivos –,